

Nicolau Maquiavel: (re)visitando “O Príncipe”¹

**Mauro Gutenbergue Nascimento Branch*
Odanete das Neves Duarte Biondi****

Resumo: O objetivo deste artigo é, por meio do pensamento de Maquiavel – fundador da ciência política – a partir de *O Príncipe*, mostrar aqui a atualidade de suas ideias, que fundam um novo tipo de pensamento, estabelecendo a separação entre religião e política voltadas para a consolidação do Estado, como ente autônomo.

Palavras-chave: Estado. Política. Poder.

Nicolo Machiavelli: (re) visiting “The Prince”

Abstract: The objective of this article is, through the thought of Machiavelli – founder of political science – based on *The Prince*, to show the contemporaneity of his ideas, which founded a new type of thought, establishing the separation between religion and politics, aiming at the consolidation of the State as an independent being.

Key words: State. Politics. Power.

Atualmente, em qualquer discussão sobre *O Príncipe*, obra de maior permanência de Maquiavel, o que temos, de acordo com Paul Strathern (2000, p. 7), “é quase o sinônimo do mal”. Algo que personifica a imoralidade, o jogo sujo e sem escrúpulos. Talvez isso ocorra em função mais do mito do que do próprio homem e

¹ Artigo apresentado ao professor Dr. Josênio Parente, como avaliação da disciplina: Teoria Política I, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da UECE, em convênio com o Governo do Estado do Amapá.

*Acadêmico do curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, Bacharel em História e Pedagogo, especialista em Educação. E-mail: maurobranch@hotmail.com.

**Acadêmica do curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, Bacharel em Direito e especialista em Inteligência e Segurança. E-mail: odaap@uol.com.br.

sua obra. E este mito só pode ser desfeito, primeiro, conhecendo-se a obra e, a partir desse conhecimento, colocando Maquiavel e o que ele escreveu dentro de um contexto histórico, como observa Diana Pipkin (2000, p. 53).

Como outros personagens da História, a vida e a obra de Maquiavel estão inscritas em seu tempo. Isto significa que a estrutura do pensamento de Maquiavel corresponde a uma estrutura histórica que lhe serve de sustento e lhe dá sentido. [...] Somente assim pode-se compreender realmente o pensamento de Maquiavel.

Assim, interessa notar que, nossa personagem surge e opera numa formação político-histórica e cultural singular. Seu advento vincula-se, é bom lembrarmos, às transformações ocorridas a partir do século XVI, que abalam as sociedades na Europa Ocidental. Tais mudanças envolvem as realidades históricas e econômicas, a imagem do mundo, a representação da natureza, a cultura e o pensamento religioso. Maquiavel, portanto, viveu em uma época de profundas mudanças e, a isso, acrescenta-se, na esfera política, a própria questão italiana, com o declínio de cidades-estado e a invasão do país por forças da França e da Espanha.

Nesse mundo em profunda transformação, em que a traição era a norma e o poder volátil, é que Maquiavel produz sua obra. De imediato, queria que seus conselhos contribuíssem para a formação de um poder estável e, a partir dele, conseguir a unificação da Itália sob este poder, expulsando os estrangeiros e submetendo todos ao poder civil e laico, que deve ser exercido no interesse do Estado, antes de que no pessoal, pois a finalidade maior do príncipe é manter-se e, ao fazê-lo, manter o Estado. Relewa notar que, em todas as obras desse autor, considerado um dos maiores analistas políticos da história, é marcante a preocupação demonstrada com o Estado.

Sua análise sobre o Estado, entretanto, diferenciava-se da visão de Platão, Aristóteles e São Tomás de Aquino, por exemplo, que entendiam o Estado como uma “entidade imaginária”, utópica, inviável na prática. Maquiavel tratava do Estado “real”, capaz de impor a ordem e analisado segundo exemplos práticos de seu funcionamento. Questões como a estabilidade estatal e como o governante deve portar-se diante das dificuldades de manutenção da ordem em seu reino são nucleares na obra *O Príncipe*, vez que espera, partindo dessa discussão, descobrir como resolver o inevitável ciclo de estabilidade e caos social.

Maquiavel desenvolve sua obra com base em preceitos dos quais um príncipe deve utilizar-se para “manter-se no poder”. A ideia de “poder” abordada na obra é exatamente o que fascina os leitores, considerando que a descoberta de modos para a sua aquisição e manutenção sempre fora uma das principais metas dos homens como membros de uma sociedade. Ao desenvolver tal fundamentação, o autor – amado por uns e odiado por outros – incita tanto temor, colocando em foco o poder secular da Igreja, que sua obra *O Príncipe*, é colada no *Index*.

Ao formular e buscar resolver esta questão, Maquiavel provoca uma ruptura com o saber repetido pelos séculos. Trata-se de uma indagação radical e de uma nova articulação sobre o pensar e fazer política, que põe fim à idéia de uma ordem natural e eterna. A ordem, produto necessário da política, não é natural, nem a materialização de uma vontade extraterrena, e tampouco resulta do jogo de dados do acaso. Ao contrário, a ordem tem um imperativo: deve ser construída pelos homens para se evitar o caos e a barbárie, e, uma vez alcançada, ela não será definitiva, pois há sempre, em germe, o seu trabalho em negativo, isto é, a ameaça de que seja desfeita (SADEK, 2006, p. 6).

O poder, para o autor, é justamente algo que todos sentem, mas nem sempre o conhecem. É possível alcançá-lo, todavia, encontra-se em um plano incerto, em virtude da grande dificuldade de se mantê-lo. Tal dificuldade, proveniente de uma sociedade mutável que busca o suprimento de suas necessidades – cada vez mais crescentes – e que se porta de acordo com seus próprios interesses, deve ser constantemente superada. No entanto, sem perder de vista que “o mundo da política não leva ao céu, mas sua ausência é o pior dos infernos” (SADEK, 2006, p. 7).

Para tratar das dificuldades enfrentadas, faz uso do capítulo V, no qual soluciona a questão apresentada no título, dizendo que é possível a conservação de uma região acostumada a viver sob as próprias leis e em liberdade, partindo-se de três opções de procedimento: há que se destruir a região, ir nela morar ou deixá-la viver com suas leis anteriores, mas exigindo-lhe um tributo e nela estabelecendo um governo oligárquico que lhe seja fiel, a fim de evitar, assim, a ocorrência de motins.

Ainda no capítulo V, Maquiavel ilustra suas explicações com exemplos de estados reais que tiveram suas histórias estudadas e analisadas sob sua ótica, assim como a destruição de Cartago, Cápua e Numância pelos romanos, como técnica utilizada com sucesso pelo príncipe para impor-se nesses territórios, antes livres e regidos sob suas próprias leis.

Teoriza o autor no capítulo XVII, pelo contato mantido com os homens da antiguidade clássica e a própria prática, que os homens de todos os lugares e de todos os tempos apresentam certos traços imutáveis. Sua visão entende o ser humano como sendo ingrato, volúvel, simulador, covarde ante os perigos e ávido de lucro.

Estes atributos negativos, considerados como componentes da natureza humana, por se apresentarem reiteradamente em diferentes épocas e sociedades, segundo o autor, demonstram a importância do estudo da história como uma fonte de ensinamentos. Portanto, é a partir dos fatos passados que Maquiavel acredita ser possível extrair as causas e os meios utilizados para enfrentar os conflitos oriundos da ação humana.

Como a história é cíclica, ou seja, é um conjunto de fatos provocados por ações e ambições humanas que tendem a se repetir, criando um ciclo entre ordem

e desordem, entende-se, conseqüentemente, que é impossível “domesticar” a natureza humana. Dessa forma, surge a política como forma de enfrentar conflitos e “organizar as ambições” humanas, nem que seja provisoriamente, enquanto certo governo conseguir fazer-se obedecer por uma sociedade.

De acordo com o secretário florentino, ciente da presença de forças sociais opostas responsáveis pela instabilidade de qualquer governo, no qual “uma das quais provém de não desejar o povo ser dominado nem oprimido pelos grandes, e a outra de quererem os grandes dominar e oprimir o povo” (MAQUIAVEL, 2007, cap. XI), a política deve, então, se valer de mecanismos que imponham certa estabilidade nas relações, estabelecendo, desta forma, a ordem.

O autor – a exemplo de Hobbes – trata da ordem como produto político imprescindível para se evitar o caos entre os indivíduos dentro de uma sociedade. Contudo, por entendê-la como algo que não é natural a qualquer sociedade, sustenta que esta deva ser construída pelo governante, sendo que este deve estar ciente de seu caráter circunstancial e transitório, agindo, portanto, sempre de forma a sustentá-la, focalizando-a como um dos principais objetivos de sua atitude governamental.

No capítulo XXV, Maquiavel sustenta que a liberdade humana, o livre-arbítrio, é capaz de amenizar o poder incontrastável da fortuna e, muitas vezes, até conquistá-lo:

[...] julgo poder ser verdade que a sorte (fortuna) seja o árbitro da metade das nossas ações, mas que ainda nos deixe governar a outra metade, ou quase. Comparo-a a um desses rios torrenciais que, quando se encolerizam, alagam as planícies, destroem as árvores e os edifícios, carregam terra de um lugar para outro; todos fogem diante dele, tudo cede ao seu ímpeto, sem poder opor-se em qualquer parte. E, se bem assim ocorra, isso não impedia que os homens, quando a época era de calma, tomassem providências com anteparos e diques, de modo que, crescendo depois, ou as águas corresse por um canal, ou o seu ímpeto não fosse tão desenfreado nem tão danoso (MAQUIAVEL, 2007, cap. XXV).

Surgem, então, dois conceitos mencionados na obra que são de fundamental importância para o entendimento do pensamento de Maquiavel, fortuna e *virtú*. Partindo desses dois conceitos, pode-se dizer que Maquiavel vê a política como forma de conciliar a natureza humana com a marca da história, daí o primeiro decorrente de contingências das próprias coisas políticas, não uma manifestação de Deus ou da Providência Divina. Como tal, ela pode ser se não dominada, prevenida, no sentido de o príncipe não ser pego de surpresa quando venha a ocorrer. Já em relação à *virtú*, Maquiavel a vê como necessária ao bom exercício do poder e a pressupõe, formada por força de caráter, coragem militar, habilidade no cálculo, astúcia e inflexibilidade no trato com os adversários. Usando estes e outros atributos, o príncipe pode desafiar e mudar a fortuna (boa sorte).

Talvez a maior responsável pela associação de Maquiavel a ardiloso, inescrupuloso e traiçoeiro por aqueles que não conhecem ou não entendem sua obra, seja a visão que manifesta acerca de como um príncipe deva se comportar. Daí lhe impingirem máximas, tais como: “os fins justificam os meios”, que nem sequer fazem parte de sua obra.

Percebe-se que, para o florentino, o príncipe não é um ditador, mas, sim, um fundador do Estado, um agente forte e lutador que age de maneira a organizar uma nação que se encontre ameaçada, pois “se você é um príncipe e governa um Estado, seu principal objetivo é permanecer no poder e dirigir o Estado em seu melhor proveito” (STRATHERN, 2000, p. 8).

Defende Maquiavel que a política tem uma ética e uma lógica próprias e, mal interpretadas, são seguidas, na atualidade, por muitos políticos aspirantes a ditadores que encontram em sua teoria um falso embasamento para a corrupção e mau caratismo. Demonstra que a moralidade e a política são coisas separadas e que, por isso, não há um juízo universal, mas cada ação deve ser julgada dentro do seu contexto e sob a ótica da ação tomada e do objetivo em que foi tomada. Acaba por instituir um novo saber, a política, definindo seu campo de estudo e princípios que a instituíram. A partir dele, o Estado tornou-se estritamente laico e civil, subordinando sob o seu poder o próprio poder religioso.

O Príncipe, de Maquiavel, obra clássica da literatura mundial, não pode ser desprezada, mesmo porque adequa-se a qualquer época da história humana. Os conselhos que deu ao príncipe, que não era uma pessoa, mas uma abstração, ainda estão servindo a governantes, em outro contexto, é certo, mas servindo, o que demonstra a atualidade do pensamento de Maquiavel, sem deixar de considerar o seu avanço histórico.

Conduz-nos a uma visão realista de como o ser humano pode, deve e, de fato, manipula o poder. De forma singular, Maquiavel insistiu em falar da realidade – do comportamento real das pessoas, não de como deveriam se comportar (STRATHERN, 2000, p. 48-49). Leitura obrigatória para aqueles que pretendem avançar no conhecimento das Ciências Políticas. Todavia, não é suficiente apenas citar Maquiavel e aparentar erudição. É importante compreendê-lo e deleitar-se com as fimbrias de seu estilo e sua lógica impecáveis, pois, verdade é que seus pensamentos merecem os juízos mais descontraídos e despertam sentimentos contraditórios, no entanto, não há quem queira discorrer acerca de política hoje que possa ignorá-lo.

Referências

- BORGES, Maria Lucia Teixeira; NERI, José Reinaldo Cardoso. *Orientação para elaboração de trabalhos acadêmicos*. Macapá: UNIFAP, 2005.
- GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel – a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- PIPKIN, Diana. Claves históricas para leer a Maquiavelo. In: VÁRNAGY, Tomás (Org.). *Fortuna y virtud en la república democrática – ensayos sobre Maquiavelo*. Buenos Aires: Clacso, 2000.
- SADEK, Maria Tereza Alina. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtú. In: WEFFORT, Francisco (Org.). *Os Clássicos da Política*. São Paulo: Ática, 2006.
- STRATHERN, Paul. *Maquiavel em 90 minutos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.